



## **Conceitos e possibilidades da Educação Inclusiva no contexto escolar contemporâneo “ Da Utopia à realidade”**

Gotardo<sup>1</sup>

Mouro<sup>2</sup>

[kariannygerotto@gmail.com](mailto:kariannygerotto@gmail.com)

### **RESUMO**

Pretendemos demonstrar e avaliar o processo de inclusão que ocorre nas Universidades, tanto no que diz respeito à legislação interna que regulamenta o acesso, quanto nas formas de atendimento dos alunos após seu ingresso na Universidade. Faremos o mapeamento dos alunos que apresentam alguma Necessidade Educacional Especial e as ações institucionais que buscam atender às diferentes necessidades dos estudantes para garantir acesso, permanência e conclusão do curso.

**Palavras-chave: Universidade . Educação Inclusiva . Sociedade**

---

---

<sup>1</sup> Professora da Fag – Toledo Karianny Aparecida Gerotto Del Mouro

<sup>2</sup> Pedagoga da UFPR- Palotina. Renata Cristina da Costa Gotardo



## INTRODUÇÃO

O texto tem por objetivo, fazer uma análise sobre conceitos e possibilidades da educação inclusiva no contexto escolar, **cujo objetivo é** garantir um acesso igualitário frente às oportunidades sociais, não apenas no âmbito educacional mas também social.

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. (CURY, 2002, p. 07).

Sabe-se que a educação é uma das porta de acesso para melhores condições de vida, ao garantir a possibilidade de inclusão mais qualificada no mundo do trabalho. Nesse contexto, a educação inclusiva busca não apenas promover a superação de dificuldades e barreiras que o sujeito deve ultrapassar, mas também a possibilidade de preparar os sujeitos para conviverem com seus pares de uma forma igualitária.

Propiciar durante a pesquisa sua aplicabilidade na diversidade existente no processo ensino – aprendizagem contribuindo assim, com o desenvolvimento do ser humano. Contextualizar a Educação Inclusiva brasileira no panorama das diversas tendências pedagógicas contemporâneas.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Vários documentos demonstram e garantem o direito de igualdade às pessoas com deficiência, tanto na esfera nacional quanto internacional. Destacamos, dentre eles, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH 1948) e a Constituição Brasileira (1988). Ambos afirmam que todos são iguais perante a lei, defendendo a ideia de que somos sujeitos com direitos e deveres sociais, garantindo que as diferentes necessidades sejam atendidas para que todos tenham o mesmo acesso à educação formal. *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (ONU 1948).*



O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

A LDBN 9394/96, no capítulo V, Art. 58 **regulamenta** que *“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”*. (BRASIL,1996). Assim, os alunos atendidos pela educação especial são aqueles que necessitam de apoio voltado tanto para a área educacional quanto para a social, sendo que na educação formal a ênfase está na área educacional, com auxílio pedagógico voltado para alguma área de especificidade educacional, como afirma a lei:

Art.1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

A Declaração de Salamanca (1994), um dos primeiros documentos que trata a educação inclusiva como essencial para a paridade social, considera que *“As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional”*. (Pacheco, 2007, p. 15). Ou seja, para democratizar o acesso e a inclusão de estudantes com necessidades especiais no contexto escolar regular, é preciso garantir o atendimento às necessidades dos alunos.

É de suma importância destacar que a educação Inclusiva vai para além da educação especial, pois busca a inserção dos excluídos. A inclusão proporciona que todos tenham acesso às mesmas informações, ela acolhe o diferente, mostra que ele é um sujeito social, promovendo a quebra de paradigmas ao mostrar que a pessoa com deficiência é capaz de aprender e socializar-se, mesmo que em níveis diferentes daqueles que são considerados “normais”. Além disso, promove uma transformação qualitativa na vida dos envolvidos, ao promover a interação entre as diferentes manifestações do “ser humano”, no interior do ambiente escolar.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa foi possível perceber que a falta de políticas públicas, a permanência do aluno de inclusão no ensino superior é precária, que os centros universitários precisam de uma reforma em sua estrutura de ensino.

### CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a inclusão escolar se consolide, é necessário que o ambiente educacional adapte-se e renove sua forma de pensar e de agir em relação à pessoa com deficiência. Ao se incluir, a escola tem a possibilidade de construir coletivamente, com os sujeitos envolvidos nesse processo, formas de atendimento às diferentes demandas que vão sendo apresentadas pelos estudantes. Não há fórmulas prontas, visto que cada sujeito é único. no entanto, ao se implantar um processo constante de ação-reflexão-ação, o caminho será construído, contribuindo não apenas para uma escola mais inclusiva, mas também para a construção de uma sociedade que permita a diversidade, que respeite e a valorize a diferença. A educação inclusiva, [...] *é uma forma de vida, uma maneira de viver juntos, baseado na crença de que cada indivíduo é valorizado e pertence ao grupo*” (Patterson 1995, p. V), tornando-se capazes de desenvolverem todas as suas potencialidades.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. GURGEL, Thais. Inclusão: só com aprendizagem. In: Revista Nova Escola. Editora Abril, nº 206, 2007.



ONU. **Declaração Universal dos Direitos humanos.** Assembléia Geral das Nações Unidas, 12, 1948, Genebra, 1948.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PATTERSON, Richard North. **Qualidade e eficiência para todos os alunos.** 1995. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>. Acesso em: 19 julho. 2017

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.